

**ATA**

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

1 – Vereador Monteiro de Castro – Fez uma intervenção sobre a situação dos moradores de Serzedelo na sequência da obra da VIM (Via Intermunicipal), lendo, em voz alta, um documento solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “No final do mês de Novembro do ano passado, mais concretamente no dia 28, teve lugar uma manifestação dos habitantes da freguesia da Serzedelo, contra a solução preconizada no projeto de reabilitação do troço da Via intermunicipal que se desenvolve no nosso território concelhio. Tendo na altura tomado conhecimento pela comunicação social das principais preocupações que apoquentavam os moradores da freguesia e que motivaram as ditas manifestações, entendemos dever aguardar pelo desenvolvimento dos esclarecimentos necessários e até de eventuais afinações do projeto de execução de modo a que, não

pondo em causa a função que se exige a uma via intermunicipal desta natureza, não fossem ignoradas as queixas e os lamentos das ditas populações. Esperávamos nós que houvesse lugar à ocorrência de reuniões com as populações e seus representantes locais por forma a encontrar a solução para os seus problemas. Ora, senhor presidente, a informação que temos é que nada foi feito com vista a tentar encontrar solução para as queixas dos moradores ou, pelo menos, que tenham sido tornadas públicas as pretensões dos moradores e a razão ou as razões pelas quais não se torna possível satisfazer as suas reivindicações. Deste modo, senhor presidente, aquilo que iremos fazer, é solicitar que nos seja fornecida a parte do projeto de reabilitação da Via intermunicipal respeitante à zona da freguesia do Serzedelo e que seja acompanhada de uma explicação esquemática da forma como passarão a funcionar os fluxos de pessoas e de viaturas nas vias daquela freguesia que atravessam atualmente a via Intermunicipal. Apresento hoje mesmo requerimento subscrito pelos vereadores da coligação Juntos por Guimarães, com vista à obtenção dos referidos esclarecimentos. Temos naturalmente a nossa opinião. Mas consideramos que não podendo a ação política sujeitar-se apenas à reivindicação popular, não poderá de modo algum ignorá-la. Até porque, a área que justificou a reivindicação popular é uma área praticamente sem histórico de acidentes e, segundo nos foi dado a conhecer, pede-se apenas uma intervenção similar à projetada para outras zonas da VIM, algumas até bem próximas. Compreendemos por isso dificilmente as opções tomadas, pelo menos do modo como nos foram apresentadas. Mas sabemos que hão de ter sido projetadas assentes em prévia reflexão e projeção, que não deixarão de ter previsto as circulações alternativas dos fluxos de tráfego, e por isso, só após vermos e analisarmos os



documentos que agora vamos solicitar, nos poderemos melhor e mais sustentadamente pronunciar sobre aquela intervenção, tal como sempre fazemos, com sentido de responsabilidade.” -----

De seguida, apresentou um requerimento solicitando esclarecimentos relativos ao projeto de intervenção na VIM, na área da freguesia de Serzedelo. -----

2 – Vereadora Maria Helena Soeiro – Fez uma intervenção no âmbito da Educação, concretamente sobre a Carta Educativa, lendo, em voz alta, um documento solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Nos últimos anos, temos assistido ao encerramento de escolas, nem sempre da forma mais correta e nem sempre pelos motivos divulgados. No início deste mandato, logo em 2013, a Sra. Vereadora da Educação afirmou que a carta educativa se encontrava desatualizada e que iria trabalhar com a Universidade do Minho no sentido de se elaborar, tão rápido quanto possível, uma nova Carta Educativa para o concelho de Guimarães, inclusive que assumisse a componente de Carta Educativa Digital, que possibilitasse *“ter dinâmica, isto é, que ano após ano possa ser reajustada no sentido de fazer uma identificação das necessidades em função dos comportamentos demográficos”*. Acontece que estamos já em 2016 e, até hoje, a esta Câmara não foi presente qualquer agendamento relacionado com a revisão da Carta Educativa nem fomos informados de qualquer diligência tida neste sentido. No entanto, soubemos que na reunião do Conselho Municipal de Educação realizada a 8 de julho de 2015, foi efetuado o ponto de situação relativamente à Carta Educativa, tendo sido afirmado pela Sra. Vereadora da Educação que *“apesar dos constrangimentos sentidos ao longo do processo de construção do modelo, está praticamente concluído pelo que no final do mês de setembro estarão reunidas*

as condições para a apresentação formal da Carta Educativa Digital". No entanto, volvidos já mais de 4 meses desde o fim de setembro, ainda não há qualquer informação quanto à apresentação formal da Carta Educativa. Que, recorde, deveria ter ocorrido em finais de setembro, no início deste ano letivo que já encontra a meio do seu curso. Inclusive, se entrarmos na página do Município de Guimarães para consultar a carta educativa, somos remetidos para o documento de 2006, não estando sequer patente qualquer informação de que a mesma se encontra em fase de atualização. Aliás, importa ainda dizer que nessa mesma reunião do Conselho Municipal de Educação, a Sra. Vereadora afirmou que *"a Carta Educativa e o Plano Educativo Local continuarão a ser os instrumentos orientadores da política educativa a promover no concelho"*. Ora, o que nos preocupa é que se foi a própria Vereadora da Educação que considerou, logo no início do seu mandato, que a Carta Educativa estava desatualizada, e em Julho último afirmou ser esse o instrumento orientador da política educativa, podemos concluir, Sr. Presidente, que volvido já mais de meio mandato, a Câmara continua a utilizar como instrumento orientador da política educativa no concelho um documento que os senhores reconhecem estar desatualizado? Naturalmente que é expectável que possa estar para breve o anúncio de alguma evolução neste tema. Quem sabe até se hoje mesmo não será aproveitada esta minha intervenção para anunciar um qualquer desenvolvimento que do ponto de vista público rapidamente substituirá a intervenção – e a preocupação – que trouxe a esta reunião, mas subsiste a questão substantiva, a atualização dum documento norteador de toda a política educativa, um documento que se adapte inclusive à visão da nova titular da pasta da Educação, um documento que todos reconhecíamos estar



desatualizado mas, volvido mais de meio mandato, subsiste sem a anunciada revisão, pois isso é que nos preocupa verdadeiramente.”

3 – Vereador Ricardo Araújo – Começou por dizer que, ao longo dos últimos anos e por várias ocasiões, quer o Presidente da Câmara, quer o Vereador responsável pela área da Cultura do Município, teceram críticas duras relativamente ao anterior Governo pelo facto de não haver nenhum apoio aos equipamentos e atividades que resultaram da Capital Europeia da Cultura 2012, contrariamente ao que acontecia com Lisboa e Porto, recordando, a propósito, algumas intervenções daqueles responsáveis. Neste contexto, perguntou se com as recentes declarações da Secretária de Estado da Cultura, veiculadas nos órgãos de comunicação social, os vimaranenses devem ficar revoltados e se o Presidente da Câmara reagiu a tais declarações. Perguntou, ainda, se o Governo manifestou ou não disponibilidade para apoiar Guimarães à semelhança do que acontece com Lisboa e Porto e, nesse caso, qual o montante pretendido para Guimarães no ano de 2016. Por último, quis saber se foi apresentada à Secretária de Estado da Cultura a proposta de gestão integrada em rede dos equipamentos culturais de Guimarães. -----

4 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Lamentou a concretização da ameaça de deslocalização dos CTT, estando para breve a abertura das novas instalações na Av. Teixeira de Pascoais; **b)** – Informou da urgente necessidade de intervenção numa via em Serzedelo, concretamente na rua dos Descobrimentos, obra reclamada há muitos anos pelos moradores; **c)** – Quis saber quem custeia a substituição dos equipamentos de iluminação pública; **d)** – Comentou, igualmente, as declarações da Secretária de Estado da Cultura, veiculadas nos órgãos de comunicação social, que considerou infelizes quando foi dito que os

equipamentos culturais de Guimarães não são comparáveis aos de Lisboa e Porto. Disse que faria todo o sentido que, tal como para as outras cidades (Lisboa e Porto) que foram capitais europeias da cultura, também Guimarães deveria merecer apoios na sua proporção. Acrescentou que se este Governo nada fizer, então tem a mesma atitude que o anterior Governo, tão criticada por parte da maioria socialista. Referiu, ainda, não ter percebido da parte da Coligação Juntos por Guimarães qualquer desconforto relativo à falta de apoio do anterior Governo. Concluiu, dizendo que Guimarães deve ter um estatuto de cidade capital da cultura, de forma proporcional. -----

5 – Vereador José Bastos – Disse iniciar-se hoje o GUIDANCE, que já vai na 6ª edição, com uma estreia absoluta liderada por Vítor Hugo Pontes, coreógrafo natural de Guimarães com sucesso nacional e internacional, apelando à participação neste evento. ---

6 – Vereadora Adelina Paula Pinto – Sobre a Carta Educativa disse que, tal como já teve oportunidade de esclarecer, o trabalho está a ser elaborado em parceria com a Universidade do Minho, tendo sido concebida uma aplicação digital de modo a tornar esta Carta dinâmica, com possibilidade de permanente inserção de dados. Informou que a aplicação foi apresentada a 10 de dezembro último como tese de defesa de mestrado de um aluno da Universidade do Minho, estando prevista para o próximo dia 13 de fevereiro a adaptação aos servidores da Câmara Municipal. Em relação ao Plano Estratégico Municipal informou que foi já, igualmente, trabalhado em sede de Conselho Municipal de Educação, estando agora na fase de preparação para discussão pública. -----

7 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Disse que um projeto não pode ser alterado depois



de ter sido aberto o concurso de obra, a menos que não fosse possível executá-lo. Acrescentou que a obra da VIM é de excecional qualidade e as questões que têm que ver com os atravessamentos são muito delicadas, em virtude do perigo que oferece. Informou já ter reunido com o Presidente da Junta da Freguesia de Lordelo para avaliar o desconforto causado, também, na deslocação de alunos para Riba d'Ave e para a Escola EB1 e JI do Alto, tendo sido decidida a construção de uma ponte pedonal no lugar de Enxudres, da Rua de Enxudres à Travessa com o mesmo nome, o que irá facilitar a ligação à Rua do Alto onde está localizada uma das escolas básicas da Vila, a Escola EB1 e JI do Alto. Recordou que o projeto em causa foi apresentado em reunião de Câmara; **b)** – Disse ter recebido a Secretária de Estado da Cultura na Plataforma das Artes, que demonstrou toda a disponibilidade para cooperar e apoiar, dentro das possibilidades e atendendo à equidade com o território nacional. Assegurou que recebeu daquela responsável muita receptividade para encontrar as melhores soluções, bem como concordância quanto à gestão integrada em rede dos equipamentos culturais, estando já agendada nova deslocação e encontro para o próximo mês; **c)** - Recordou que os CTT são uma entidade privada e que as escolhas de investimento são da sua inteira responsabilidade, informando ter reunido com os seus responsáveis acerca deste assunto; **d)** - Sobre a intervenção na rua dos Descobrimentos, em Serzedelo, disse que estava a ser elaborado um inventário das ruas de todas as freguesias do concelho a necessitar de intervenção, pelo que em breve será promovido concurso público para o efeito; **e)** – Informou que os custos de substituição dos equipamentos de iluminação de tecnologia LED, efetuadas até ao presente, são assumidos pela EDP. -----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade: **VOTO DE LOUVOR – VITÓRIA SPORT CLUBE – EQUIPA DE JIU-JITSU** – Presente a seguinte proposta: “Numa competição realizada na semana passada, e que contou com a presença de mais de 3.500 atletas oriundos de todo continente europeu, naquela que foi a maior competição da modalidade de sempre, a equipa de Jiu-Jitsu do Vitória Sport Clube/Team Manoel Neto conseguiu conquistar três títulos no Campeonato Europeu de Jiu-Jitsu 2016. O atleta vimaranense Ulisses Dias revalidou o seu título na categoria Super-Heavy, faixa roxa, enquanto Nuno Miranda alcançou o seu primeiro título internacional nesta mesma categoria, mas na faixa azul. O terceiro atleta do Vitória, Filipe Silva, esteve em particular destaque ao conseguir dois títulos, um na categoria Heavy, faixa marron, e depois na final de absolutos. A conquista destes importantes títulos europeus valida a qualidade do trabalho realizado nesta modalidade em Guimarães, colocando os seus atletas no topo da pirâmide do desporto mundial, pelo que se propõe a atribuição de um Voto de Louvor aos atletas Ulisses Dias, Nuno Miranda e Filipe Silva pelo mérito desportivo alcançado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

-----**ORDEM DO DIA** -----

-----**DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 2016. Foi dispensada a

leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores José Manuel Bastos e Ricardo Araújo não participaram na discussão



e na votação da proposta por não terem estado presentes na reunião.-----

CÂMARA - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016 – Presente a seguinte proposta:

“Considerando que o Orçamento Participativo é um instrumento de participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação que integram os cidadãos nos seus processos decisórios e prestam contas da sua atividade, contribuindo decisivamente para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas; Considerando que o Orçamento Participativo deve ser um processo dinâmico, que permita acolher as expectativas dos cidadãos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades da população do concelho de Guimarães; Considerando, ainda, que a Câmara Municipal, nos termos previstos no artigo 19º do Regulamento Geral do OP Guimarães, envolveu os cidadãos e as forças políticas locais na discussão sobre a metodologia definida para esta quarta edição; Proponho que a Câmara Municipal aprove as Normas de Participação da IV edição do Orçamento Participativo de Guimarães, a qual representa uma evolução natural em relação às edições anteriores, adequando a experiência adquirida à inevitável adaptação e correção dos constrangimentos e fragilidades detetados, consolidando as boas práticas adquiridas nas anteriores edições e acrescentando a evolução natural com o recurso às novas tecnologias que possibilitam uma maior facilidade de participação por parte de todos os cidadãos.” As Normas de Participação dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha,

Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "No ano transato, estes vereadores votaram contra a proposta de Orçamento Participativo apresentada pelo executivo socialista. Essencialmente porque, na fase de consulta às forças políticas com assento na Assembleia Municipal apresentamos cinco propostas, por nós consideradas nucleares, todas elas não consideradas na proposta então apresentada pela Câmara, a saber: 1. Permitir a votação a jovens com 16 ou mais anos de idade. 2. Colocação de mesas de voto em cada um dos 18 Postos do Cidadão a instalar no concelho de Guimarães. 3. Permitir que as propostas possam ser apresentadas por associações sem fins lucrativos e grupos informais de pessoas não cingidas a uma pessoa singular. 4. Liberdade nas temáticas das propostas (ao invés da limitação as áreas do ambiente e voluntariado). 5. Determinação prévia de que em caso de não aplicação da totalidade da verba orçamentada que o remanescente seja distribuído pelas freguesias do concelho de Guimarães. Para a edição de 2016 o executivo socialista mantém a proposta em termos muito aproximados com a anterior, designadamente, não constando nenhuma das propostas por nós defendidas. Pelo que, em face das razões expostas e sem necessidade de mais alongada explicitação, votamos contra." -----

URBANISMO - CONTRATO DE URBANIZAÇÃO RESPEITANTE AO ESTUDO URBANÍSTICO DENOMINADO "NOVA CENTRALIDADE DE SILVARES" – Presente a seguinte proposta: "1. Em 23 de dezembro de 2008, foi celebrado entre o Município de Guimarães e um conjunto de promotores privados que pretendiam desenvolver projetos na área do retalho não alimentar na freguesia



de Silves, um Contrato de Urbanização ao abrigo do disposto no artigo 55º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pela Lei n.º 60/07, de 4 de setembro, que tem por objeto estabelecer as obrigações das partes relativamente à execução de obras de urbanização e dos respetivos custos e à cedência de terrenos necessários à implantação daquelas obras inerentes à concretização dos referidos projetos. 2. Era no contexto desse desiderato e no vultoso investimento que constituía o conjunto das contrapartidas contratadas para o Município, que correspondia a um acervo patrimonial de amplo valor económico tornado acessível aos promotores privados, como está à vista de qualquer pessoa pelo resultado das edificações implantadas em parte da zona de intervenção, que o contrato foi, por certo, celebrado. Foi-o ao abrigo da legislação vigente, e do conjunto de atos, anteriores e posteriores à celebração, praticados quer pelos órgãos do Município, quer por outros entes administrativos. 3. A 28 de janeiro de 2011 foi celebrado um Aditamento ao citado Contrato de Urbanização, após vivo debate na Câmara Municipal, dadas as preocupações de todos os seus membros em garantir a prossecução do interesse público. Com esse aditamento foram atualizadas as regras que governavam tal Contrato, de modo a não saírem frustradas as intenções originais, nem prejudicado o superior interesse prosseguido pelo Município. E assim ficaram expressas, nos documentos reciprocamente vinculativos. 4. E é exatamente no respeito dessa linha de orientação que se trazem, de novo, ao conhecimento da Câmara Municipal, os desenvolvimentos mais recentes deste processo e se informa dos passos que devem ser cumpridos de ora em diante, para a competente decisão deste órgão municipal, nos limites do que aqui se reporta e propõe, como mandam as sãs normas de gestão e

administração de recursos públicos. 5. Assim, por um lado, estão agora cumpridas as condições previstas no Contrato de Urbanização e seu Aditamento, cuja realização dependia de terceiros, e que se concretizavam na aprovação pela Administração Rodoviária (antes, EP-Estradas de Portugal, S.A. e, agora, Infraestruturas de Portugal, S.A.) das vias que careciam da sua intervenção, e na concretização da expropriação de terrenos privados onde algumas obras serão executadas. 6. No que ao primeiro caso tange, que se refere à aprovação da Infraestruturas de Portugal, S.A., foi a Câmara Municipal oficiada de que estava aprovado o projeto para a ligação da antiga EN 310 à Variante de Creixomil, tendo já sido acordados entre estas duas entidades os termos do respetivo "Acordo de Gestão". 7. No que diz respeito às expropriações, tal qual no Contrato de Urbanização, a situação é a seguinte: das duas parcelas de terreno que faltava expropriar para a construção da 2ª fase da variante de Silvares, uma delas já foi adquirida pelo Município, estando já pago pelos promotores privados o correspondente valor de expropriação, a outra já está na posse administrativa do Município, aguardando-se a decisão judicial no processo expropriação, à ordem do qual o Município já depositou a quantia de €169.647,32 e o reembolso desta verba por parte dos promotores privados, que se recusam a fazê-lo. 8. De acordo com a informação dos serviços da Câmara Municipal, encontram-se por realizar, no contexto das contrapartidas a que o Município tem direito, as seguintes prestações: a) Variante de Silvares – 1ª fase: colocação da camada de desgaste; 2ª fase: execução integral da via, em todas as suas componentes; pagamento da parcela de terreno objeto de expropriação (estando pendente a definição final do valor pelo Tribunal competente); b) Ramais de acesso – Ramal de acesso à variante de Creixomil:



execução da via, em cumprimento do projeto entregue pelos promotores privados, e que mereceu, finalmente, aprovação conforme o descrito no ponto 5; c) Apresentação do projeto de desnivelamento da rotunda de acesso à autoestrada, em condições de responder à posição da atual Infraestruturas de Portugal, S.A.

9. Refira-se também, e por respeito à verdade, que, de acordo com a informação dos serviços camarários, os promotores privados transferiram entretanto, para a esfera jurídica da propriedade municipal, os bens imóveis a que se tinham obrigado no Contrato de Urbanização e seu Aditamento.

10. Tem a Câmara Municipal, mesmo, nalguns casos, através da ação direta do seu Presidente, promovido variadas diligências, de modo a conseguir, de modo consensual, a execução de todas as contrapartidas, porque se mantém plenamente o interesse em ver cumpridas todas as obrigações constantes do Contrato de Urbanização, e seu Aditamento.

11. Muito recentemente, ocorreu uma reunião, nas instalações do Município, com os promotores privados em questão, da qual não resultou a confirmação da sua disponibilidade em cumprir as obrigações assumidas no contexto do contrato de urbanização. Máxime, as identificadas no ponto 8, supra.

12. Antes dessa reunião, por escrito e por duas vezes, os promotores privados foram interpelados para esclarecer como e quando iriam proceder ao cumprimento das obrigações em causa. E por duas vezes, e por escrito, os promotores privados argumentaram que as circunstâncias se alteraram e que a exigência do total cumprimento do Contrato de Urbanização e do seu cumprimento conforme inicialmente previsto se mostra desadequado, senão mesmo abusivo, desvalorizando aquilo a que já tinham tido acesso, ou aquilo a que se tinham obrigado, num exercício ilegítimo de pressão de alteração das condições contratuais. Posição à qual não

foi dado qualquer seguimento, por parte da Câmara Municipal, e seus serviços, pela manifesta falta de fundamento. 13. Com a citada reunião, já ocorrida em 2016, pôs-se um ponto final a este esforço, por clara inutilidade do mesmo. Por isso se submete o tema à sessão de Câmara, neste momento. 14. Não visa, assim, esta proposta, sugerir ou sujeitar a esta Câmara Municipal qualquer modificação ao Contrato de Urbanização, ou ao seu Aditamento. Nem resolver tal vínculo jurídico, mesmo que pudessem assistir ao Município bastos motivos para tal. É do interesse público que se concretizem as prestações estabelecidas nesses documentos, pois elas derivam do equilíbrio contratual que lhes está subjacente e são fundamentais para dar corpo ao projeto de desenvolvimento e reconversão do centro da freguesia de Silves que está na sua génese. 15. E para isso, em vez de cessar unilateralmente a relação jurídica em crise, torna-se necessário obter dos promotores privados o cumprimento daquilo a que voluntariamente se obrigaram, pelos meios legalmente postos à disposição do Município. 16. Mantendo-se, portanto o interesse em que seja integralmente cumprido o Contrato de Urbanização celebrado a 23 de dezembro de 2008, e o Aditamento celebrado a 28 de janeiro de 2011, propõe-se que a Câmara Municipal de Guimarães aprove o desencadeamento dos meios adequados à execução coerciva das prestações a que se encontram vinculados os promotores privados, bem como ao desenvolvimento de todos os atos que visem recolher meios financeiros aptos a habilitar o Município a que sejam cumpridos os objetivos constantes desses contratos, aí se incluindo, expressamente a execução de garantias bancárias emitidas a favor do Município para garantir o cumprimento pontual das suas obrigações. 17. Estão atualmente vigentes as seguintes garantias bancárias, prestadas por



promotores que fazem parte do Contrato de Urbanização, para os fins igualmente identificados em seguida, e a favor do Município de Guimarães, representado pela sua Câmara Municipal: a) Garantia bancária n.º 00352492, emitida pelo então BES em 4 de agosto de 2009, por ordem da BUILDINGLAND Investimentos Imobiliários, Lda, atualmente no valor máximo de €751.000,00, destinada a garantir a assegurar o pagamento das expropriações; b) Garantia bancária n.º 00352493, emitida pelo então BES em 4 de agosto de 2009, por ordem da BUILDINGLAND Investimentos Imobiliários, Lda, atualmente no valor máximo de €1.000.000,00, destinada a caucionar a execução da Via de Acesso às áreas Comerciais AKI, Retail e Decathlon, denominada Variante de Silvares, a que se refere o processo de loteamento n.º 140/09; c) Garantia bancária n.º 00352494, emitida pelo então BES em 4 de agosto de 2009, por ordem da BUILDINGLAND Investimentos Imobiliários, Lda, no valor máximo de €300.000,00, destinada a caucionar a execução de Ramais de Acesso às Vias Rodoviárias já existentes (rotunda da A11) que envolvem a Zona onde estão edificados o AKI, Retail e Decathlon, a que se refere o processo de loteamento n.º 140/09.

18. Mais propomos que a Câmara Municipal dê o seu acordo à atuação já concretizada, no que diz respeito à construção da ligação à Variante de Creixomil, que deve merecer adjudicação em breve. Com efeito, desde que foi visível que a Infraestruturas de Portugal, S.A., estava prestes a dar o seu acordo ao projeto que lhe havia sido submetido, que a Câmara Municipal desenvolveu as ações indispensáveis de modo a estar em condições de se substituir fisicamente aos promotores privados na execução dessa importantíssima ligação viária, cumprindo o prazo concedido pela referida entidade de seis (6) meses. Prevenindo a interpretação de que a eles, diretamente, caberia tal construção.

19. Saliente-se

que, de acordo com os termos das garantias bancárias já referidas, não é feita qualquer distinção entre a situação em que os promotores privados devam cumprir diretamente as suas prestações, ou que se limitem a suportar os custos das contrapartidas. Quando aplicável, pois que a garantia prestada para o suporte dos custos de expropriação só poderia prever, pela sua natureza, a segunda possibilidade, pois que um privado não pode proceder a esse ato de autoridade pública. 20. Esta posição, política mas com concreta(s), e desejada(s), consequência(s) jurídica(s), representa a plena efetivação do interesse público, num vínculo do tipo do estabelecido com os promotores privados em questão. Com efeito, a permissão para construção em zona, em princípio, vedada, constitui uma imensa vantagem dada pelo Município a estes investidores, que ficou de imediato acessível, nomeadamente no que respeita aos valores financeiros que foram descontados em empréstimos com garantia hipotecária. Num Ato com plena cobertura legal, e que se conjugava harmoniosamente com o interesse público. Desde que fossem realizadas em benefício do Município as obras e cedências patrimoniais que o Contrato de Urbanização e o seu Aditamento incluíram. Razão pela qual é completamente incompreensível a atitude de vitimização a que se candidataram os promotores em causa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A apresentação desta proposta representa o culminar de um processo que se arrasta há anos no panorama político vimaranense. Do que se trata é, tão-somente, do cumprimento do contrato celebrado em 23 de dezembro de 2008 entre o Município de Guimarães e o promotor imobiliário, concretamente a empresa BUILDINGLAND, LDA. Este



contrato continha as contrapartidas a prestar pelo promotor imobiliário pela *“permissão para construção em zona, em princípio, vedada”* o que *“constitui uma imensa vantagem dada pelo Município a estes investidores, que ficou de imediato acessível, nomeadamente no que respeita aos valores financeiros que foram descontados em empréstimos com garantia hipotecária”* (citação direta do teor da proposta, subscrita pelo Presidente de Câmara). Estas contrapartidas foram negociadas pelas partes à altura e criaram, naturalmente, expectativa na população que com as mesmas sairia beneficiada. A concretização deste processo é que o era politicamente exigível. Que foi o que fizemos ao longo de todo este tempo. A componente jurídica do processo não nos compete, naturalmente, analisar. Do que se trata é, tão-somente, de cumprir com o que se prometeu às populações. Não apenas de Silvaes como de toda a zona que se liga à Cidade e à autoestrada pela EN 301. Uma zona fortemente industrializada e que há 8 anos que aguarda pela conclusão daquilo que então lhes foi prometido, isto é, que não apenas a designada «Centralidade de Silvaes» teria todos aqueles equipamentos, como ainda que a população seria beneficiada com as intervenções então anunciadas pelo Município. Pela nossa parte, vereadores do PSD e da Coligação Juntos por Guimarães, desde 25.09.2009 (mediante intervenção feita em reunião deste executivo) que batalhamos pela conclusão deste projeto. Fizemos mais de uma dezena de intervenções sobre este tema, fizemos a pressão política que nos competia fazer, como está amplamente divulgado nos diversos meios de comunicação. Pelo que, em coerência com uma conclusão pela qual batalhamos já de há muitos anos a esta parte, votamos **favoravelmente** a esta proposta.” -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO DE CANDIDATURA PARA

ADMISSÃO DE EMPRESAS COM SELO GUIMARÃES MARCA –

Presente a seguinte proposta: “Guimarães é um concelho de singularidades e afetos e manifesta esse sentimento em vários âmbitos das suas valências, designadamente, na área económica, social, educativa, promoção turística, cultural e desportiva. O projeto de um novo produto de promoção e dinamização do setor empresarial vimaranense, através da associação do seu Património histórico, patrimonial, cultural e do seu tecido económico, constitui uma forte aposta na promoção do nosso território, designadamente, contribuindo para uma maior competitividade face ao contexto globalizado em que vivemos. Reforçar e promover a atratividade do concelho através da difusão dos seus produtos em sinergia com a divulgação das suas tradições e atividades culturais, em associação a um dos mais importantes destinos históricos do país, berço da nacionalidade, pretende elevar a imagem de marca do concelho a um nível superior, numa constante busca pela excelência como hábito. Sob o Selo “GUIMARÃES MARCA”, a apresentação de um roteiro industrial, lançado pela Câmara Municipal de Guimarães, visa promover, turisticamente, o património industrial e empresarial do concelho, em articulação com parcerias de empresas estabelecidas no concelho. É unanimemente reconhecido que o nome e a imagem do “Centro Histórico” da Cidade de Guimarães extravasaram há muito as fronteiras do domínio da cidade, com uma sempre subjacente ideia de qualidade e excelência associada, fator determinante de reconhecimento internacional e procura turística. No entanto, como uma das áreas mais industrializadas do Norte, representando por isso um local estratégico e com enormes potencialidades de investimento, onde a robustez e o ambiente comercial criam excelentes oportunidades para os seus residentes e visitantes,



imperava um plano de potenciação de sinergias, acionado pelo roteiro industrial, entre a vertente profissional/industrial da cidade e a oferta turística e cultural, perspetivando-se a abertura de uma nova janela de oportunidade. A iniciativa "GUIMARÃES MARCA" constitui uma estratégia fundamental do Município de Guimarães na promoção do desenvolvimento económico do concelho, e tem como objetivo lançar um "novo produto turístico" sustentado no património industrial e empresarial do concelho, porque Guimarães "é mais do que cultura". O selo "GUIMARÃES MARCA" foi apresentado oficialmente em 2012. Em 2014, com a criação da Divisão de Desenvolvimento Económico (DDE), foi lançado o objetivo de reenquadrar o projeto num âmbito da promoção do tecido económico do Concelho, no panorama nacional e internacional, associando sempre o prestígio da história da Cidade à atividade económica que sempre caracterizou o território do Ave. Para a ambiciosa estratégia de promoção do desenvolvimento económico do concelho, a concretizar pela DDE, a ação pretende reforçar a ideia de Guimarães como um território de oportunidades para investir, procurando intensificar a atratividade do município na captação de novos investimentos nacionais e estrangeiros, e também estimular o empreendedorismo empresarial já existente. Trata-se, assim, de um projeto cuja estrutura se funda em seis grandes eixos de intervenção: - Promoção do tecido empresarial do concelho, associando-o à marca "Guimarães Património Mundial/Berço da Nacionalidade Portuguesa"; - Promoção do centro histórico de Guimarães, Património da Humanidade desde 2001, através das empresas exportadoras; - Reconhecimento do papel fundamental das empresas associadas, atribuindo um selo de prestígio, que visa distinguir um produto de referência; - Promoção do networking e do associativismo, entre o município e as

empresas, realizando em organização conjunta diversos eventos de promoção e divulgação; - Produção de um catálogo anual, que agregue todas as empresas associadas, e que visa a promoção do concelho a nível nacional e internacional. A par do catálogo, a realização de um vídeo promocional; - Associação do turismo à atividade económica, partilhando sinergias, inserindo o projeto "GUIMARÃES MARCA" nos roteiros turísticos da cidade. Desta forma, sob o selo "GUIMARÃES MARCA", pretende-se apresentar um roteiro industrial, lançado pela Câmara Municipal de Guimarães, que visa promover, turisticamente, o património industrial e empresarial do concelho, em articulação com parcerias de empresas estabelecidas no concelho, cujo acesso e utilização cabe regulamentar. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 17 de setembro de 2015, dar início ao procedimento tendente à aprovação do Regulamento de candidatura para admissão de empresas com selo "Guimarães Marca", nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às



autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o presente Regulamento, que a Câmara Municipal propõe à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das alíneas k) e ff) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” o referido Regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

REGULAMENTOS - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL QUE DISCIPLINE A ADMISSÃO E UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS CRIATIVOS DA PLATAFORMA DAS ARTES E DA CRIATIVIDADE – Presente a seguinte informação: “A Divisão

de Desenvolvimento Económico pretende dar início ao procedimento tendente à elaboração de um regulamento municipal que discipline a admissão e utilização dos Laboratórios Criativos da Plataforma das Artes e da Criatividade. Para esse efeito, e nos termos dos artigos 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e artigos 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, de proponho que a Câmara Municipal delibere a abertura do procedimento tendente à elaboração e posterior aprovação pelos órgãos do Município, do regulamento municipal que discipline de admissão e utilização dos Laboratórios Criativos da Plataforma das

Artes e da Criatividade. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “*site*” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração dos mencionados Regulamentos. A apresentação dos contributos para a elaboração dos Regulamentos deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº

6/2015 – MANUEL FREITAS SILVA – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima identificado, por despacho de 13 de outubro de 2015, a sanção disciplinar a aplicar, nos termos propostos pelo instrutor, é a de multa correspondente a cinco remunerações base diárias, suspensão da sua execução pelo período de um ano. Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município, pelo que se submete a proposta a deliberação da Câmara Municipal.” O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A SANÇÃO DISCIPLINAR DE MULTA CORRESPONDENTE A CINCO REMUNERAÇÕES BASE DIÁRIAS, SUSPENSÃO DA SUA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE UM ANO. -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA PADRE PUGA, NA FREGUESIA DE AZURÉM – Presente a seguinte

proposta: “Por deliberação camarária de 26 de novembro de 2015, sancionada pela Assembleia Municipal em sua reunião de 18 de



dezembro de 2015, foi implementada a alteração ao trânsito na Rua Padre Puga, freguesia de Azurém, no dia 19 de janeiro, cujo objetivo era garantir melhores condições de circulação e acessibilidade local, associadas ao funcionamento de uma nova unidade hoteleira na rua de Santa Luzia. Decorrido este período de tempo, constata-se que o impedimento de dois sentidos de trânsito no tramo entre o acesso carral da unidade hoteleira e a Rua Francisco Agra, provoca um efetivo prejuízo da circulação viária associada aos arruamentos confinantes, particularmente dos seus moradores, pelo que se impõe a retificação da alteração de trânsito em vigor. Como tal, será de submeter à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na Rua Padre Puga, freguesia de Azurém, conforme postura em anexo.” A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

EDUCAÇÃO – EB1 DO ALTO DA BANDEIRA - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Programa de Educação Ambiental – PEGADAS, promovido pela Autarquia em parceria com as escolas do concelho, pretende-se levar os alunos da Escola EB1 do Alto da Bandeira, nos dias 2, 3 e 4 de maio, às instalações da RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., sitas na Quinta do Mato em Riba d’Ave. Considerando que se trata de deslocações no âmbito daquele programa de educação ambiental e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização dos autocarros em causa, por despacho de 22 de janeiro de 2016 do Vereador Amadeu Portilha foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o

transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – EB 2,3 JOÃO DE MEIRA - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE

– Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB2/3 João de Meira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos da sala de estudo, no dia 21 de Março, à Fábrica do Chocolate. Assim, considerando que se trata de uma visita de relevante interesse pedagógico e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 18 de janeiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA SECUNDÁRIA DAS CALDAS DAS TAIPAS – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE

– Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária de Caldas das Taipas solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de alunos, nos dias 5 e 9 de Fevereiro ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e Vice-versa. Considerando que se trata de um apoio complementar à realização de uma visita que visa o aprofundamento de conhecimentos da área de Biologia e, em especial da Geologia das regiões vulcânicas e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 28 de janeiro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----****AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO PARA PESSOAS CARENCIADAS COM DEFICIÊNCIA** – Presente

a seguinte informação: "Foi solicitado à Câmara Municipal apoio financeiro para a deslocação diária de sete jovens com deficiência, residentes em várias freguesias de Guimarães, ao Cento de Atividades Ocupacionais da Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV). O estudo socioeconómico comprovou tratar-se de agregados familiares economicamente desfavorecidos, apresentando-se alguns dados da caracterização socioeconómica:

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Grau de Incapacidade
247525600/16	Pinheiro	24	M	295,79	3	84%
243356749/16	Urgeses	26	M	238,86	4	90%
261813978/16	Urgeses	20	F	222,40	4	Síndrome de Down
235791342/16	Pinheiro	21	M	124,93	5	94%
223943363/16	Selho S. Jorge	25	M	195,28	3	75%
245599630/16	S.Torcato	21	M	245,43	3	76%
245317856/16	Vermil	20	M	273,24	4	98

Face ao exposto, e tendo-se verificado não existir um programa específico para este efeito na Segurança Social, de acordo com carta recebida em 04/04/2014, e podendo ser concedido a estes jovens um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio aos requerentes, através da assunção do serviço de transporte adaptado, cujo valor anual se estima em €10.000,00 (dez mil

euros), para lhes possibilitar deslocarem-se de suas casas para o centro de reabilitação da Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV), desde a data da adjudicação até ao dia 31 de dezembro de 2016.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO PARA PESSOA CARENCIADA COM DEFICIÊNCIA – Presente a

seguinte proposta: “Foi solicitado à Câmara Municipal apoio financeiro para a deslocação diária de uma jovem portadora de deficiência, residente na freguesia de Ponte, à ACIP – Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial em Joane – Vila Nova de Famalicão e regresso ao final do dia. O estudo socioeconómico comprovou tratar-se de agregado familiar economicamente desfavorecido, apresentando-se alguns dados da caracterização socioeconómica: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Grau de Incapacidade
232358834/16	Ponte	18	F	€205,00	4	77%

Face ao exposto, tendo-se verificado não existir um programa específico para este efeito na Segurança Social de acordo com carta recebida em 04/04/2014, e podendo ser concedido um apoio financeiro enquadrado na alínea v) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a atribuição de um apoio àquela jovem, através da assunção do serviço de transporte, cujo valor anual se estima em €3.604,00 (três mil seiscientos e quatro euros), desde a data da



adjudicação até 31 de dezembro de 2016.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ABRIGO DO N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO

– Presente a seguinte proposta: “No seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal para apoio às obras do exterior circundante da Unidade de Cuidados Continuados de Saúde Mental, apresenta-se para aprovação a proposta de atribuição de um subsídio ao Centro Social da Paróquia de Polvoreira ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), no valor de 25.000,00 euros (vinte e cinco mil euros). O Centro Social da Paróquia de Polvoreira, consciente da necessidade de um serviço especializado no tratamento da doença mental, construiu esta obra que se encontra já em fase de conclusão, tornando-se imperativo proceder-se ao arranjo dos espaços exteriores circundantes, essenciais para a integração e tratamento da população alvo. A área a cuidar é extensa e os custos associados são elevados, uma vez que contemplam limpeza geral, desmatagem, jardinagem/plantação e colocação de outros elementos estruturais. A instituição em apreço desenvolve um trabalho importante nas áreas e valências sociais de Lar, Centro de Dia, Apoio ao Domicílio, Jardim de Infância, Creche, Rendimento Social de Inserção e Unidade de Cuidados Continuados. Assim, comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL PADRE MANUEL JOAQUIM

DE SOUSA (CENTRO SOCIAL DAS TAIPAS) – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ABRIGO DO N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO – Presente a

seguinte proposta: “No seguimento da candidatura apresentada à Câmara Municipal para a comparticipação nas obras do Lar Alcide Felgueiras, apresenta-se para aprovação a proposta de atribuição de um subsídio ao Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), no valor de €100.000,00 (cem mil euros). O Lar Alcide Felgueiras representa um projeto do Centro Social Padre Manuel Joaquim com um investimento global de €2.600.000,00 mil euros que foram cofinanciados pelo programa POPH (€1.062.000,00) e por apoio bancário (€1.200.000,00), havendo uma diferença de €400.000,00 que têm vindo a ser coberta com recurso a fundos de apoio à tesouraria e à angariação de fundos, de modo a cobrir despesas de curto prazo que podem comprometer as atuais respostas sociais. O Centro Social Padre Manuel Joaquim desenvolve um trabalho importante nas áreas e valências sociais de Pré-escolar, Creche, ATL, Centro de Dia, Lar de Idosos e Apoio Domiciliário. Assim, comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e em reconhecimento do interesse que esta resposta representa para a comunidade, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

O Vereador Ricardo Costa não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. -----

AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE REALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE TRÊS HABITAÇÕES EM REALOJAMENTO CONVENCIONAL,



DUAS VAGAS EM RESIDÊNCIA PARTILHADA, CRIAÇÃO DE UMA NOVA RESIDÊNCIA PARTILHADA MASCULINA E TRANSFERÊNCIA DE QUATRO AGREGADOS FAMILIARES RESIDENTES

- Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA, remetendo, para aprovação do Órgão Executivo, uma proposta de ocupação de três habitações em realojamento convencional, duas vagas em residência partilhada, criação de uma nova residência partilhada masculina e transferência de quatro agregados familiares residentes, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 27 de janeiro de 2016, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. -----

AÇÃO SOCIAL - IMPLANTAÇÃO DO «PROJETO RAÍZES» EM TODO O CONCELHO DE GUIMARÃES

- Presente uma proposta apresentada pelos Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo, que se anexa, para que seja adotado a todo o concelho de Guimarães o “Projeto Raízes”, em vigor na Freguesia de Moreira de Cónegos e em toda a área da Comissão Inter Freguesias “Sul Nascente”. Mais se propõe que o alargamento do “Projeto Raízes” se enquadre numa lógica de colaboração entre freguesias, sendo atribuída uma área de projeto a cada área geográfica das Comissões Sociais Inter-Freguesias do concelho de Guimarães, competindo a cada uma dessas comissões sociais a gestão do respetivo projeto. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO REPROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra o Presidente da Câmara e os

Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram a favor os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "No âmbito da Primeira Edição do Orçamento Participativo, levada a cabo pelo Município de Guimarães, uma das propostas vencedoras foi o Projeto Raízes. Visava-se proporcionar o atendimento e apoio social e psicológico aos residentes na freguesia de Moreira de Cónegos, bem como a possibilidade de poder alargar este tipo de atendimento às restantes freguesias que integram a Comissão Social interfreguesias Sul Nascente (Lordelo, Guardizela, Serzedelo e União de Freguesias de Conde e Gandarela). Trabalhada a proposta pelo Município, designadamente pelas suas estruturas da Ação Social, em conjunto com a proponente, mostrou-se consensual que o projeto assumisse mais do que a função de atendimento social e psicológico, e evoluísse para um conjunto de ações tecnicamente concertadas com o Município, de modo a garantir uma intervenção qualificada e tecnicamente habilitada a assegurar as desejadas dinâmicas de desenvolvimento social e real e verdadeira intervenção social nas comunidades. Foi no contexto antecedente que se alargou o âmbito inicial do Projeto Raízes, fazendo-o cruzar com a experiência já adquirida no Programa 65 +, por exemplo, obtendo-se vantagens muito relevantes do trabalho de terreno já realizado neste Programa para aquele Projeto. Esta aposta bem-sucedida, inspirou outras experiências em programas similares, não exatamente semelhantes, tendo em consideração as



especificidades das comunidades e das carências consideradas mais prioritárias. Foi em vista daquele sucesso e destas diferenças que, já em Outubro passado o Sr. Presidente de Câmara teve ocasião de anunciar, em reunião deste Executivo, o propósito de apoiar a concretização dos seguintes programas: -“Então Vamos”, da Comissão Social Interfreguesias Vale de São Torcato; -“Tabu”, da Comissão Interfreguesias do Vale do Selho; -Intervenção Local – Promoção da Qualidade de Vida da Comissão Social Interfreguesias do Oeste e, com efeitos em todo o território concelhio, “Apoio Domiciliário a Pessoas com Perturbação Mental”. Como corolário do que vem dito, o Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães 2015 / 2020 aponta como orientação estratégica o trabalho em rede das comissões sociais interfreguesias, apoiando e fortalecendo dinâmicas de animação e desenvolvimento local, de acordo com as necessidades específicas do território, e a dinâmica dos agentes locais, em parceria com os protocolados gabinetes de atendimento descentralizado já existentes no território. É aqui que assume especial importância a intervenção do Município de Guimarães, em trabalho de proximidade com as comissões interfreguesias, pois, como é sabido, as comissões, apesar do esforço que tem sido efetuado, apresentam naturais dificuldades em trabalhar em rede e em otimizar e articular recursos, e até mesmo em aproveitar oportunidades de financiamento, através de candidaturas a programas e projetos. Um olhar politicamente atento e empenhado sobre o conjunto e tecnicamente habilitado sobre os aspetos de procedimentos a adotar, deve ser assegurado pelo Município, de modo a potenciar as vantagens de cada uma das comissões, e, com isso, assegurar o benefício de todas. Este trabalho de natureza política e técnica mais específica deve ser naturalmente da

responsabilidade do Município, em estreita colaboração com a Rede Social. Nos moldes descritos, e relativamente ao apoio social e psicológico às populações, objeto da proposta hoje em apreciação, cumpre dizer que este apoio tem vindo a ser assegurado. A proposta, porém, tomou o todo pela parte. E viu neste programa, aliás meritório, toda uma realidade que é, no entanto, apenas uma parcela de uma atividade mais ampla, mais abrangente, mais pluridisciplinar, em suma, mais adequada a servir as reais necessidades da população, que é a visão e prática que o Município de Guimarães tem concretizada no terreno, com os parceiros já referidos. Deve deixar-se registado o seguinte: não deixa de ser contraditório o facto da Direita local se permitir agora apresentar propostas a concretizar no âmbito da ação social pelo município quando até há poucos meses o não fez, tendo linha direta entre o ex. ministro da segurança social e os líderes locais do PSD e PP, sendo que este último era e ainda é Diretor do Centro Regional de Segurança Social. Pelo contrário, a Direita vimaranense mostrou-se sempre muito mais ágil a apoiar cortes e restrições do que a alargar apoios. Em tudo, aliás. Não foi só em matérias como aquelas a que respeita o projeto Raízes. A direita em Guimarães esteve em silêncio ou apoiou expressamente as políticas de cortes onde os apoios eram mais necessários. Mudaram agora o discurso. Radicalmente. Um comportamento que não surpreende, como – estamos seguros – não será novidade para os vimaranenses. Para nós, na política não vale tudo. A nossa posição de ontem é a de hoje. Com uma diferença -queremos potenciar no concelho o que correu bem em experiencias já verificadas. Queremos estar com as pessoas, junto das pessoas e nas suas comunidades, como é assumidamente a nossa vocação. Não queremos fazer show off com as necessidades dos mais carenciados, como se acordássemos



subitamente para este tipo de preocupações. Queremos um plano pensado, planificado, concertado com as estruturas locais e da segurança social para fazer o que deve ser feito em todo o concelho, torná-lo mais inclusivo, mais solidário. Queremos mais. As nossas preocupações sociais vão mais além. Mesmo com esta cambalhota de 180 graus ficou insuficiente a proposta da Direita. Provavelmente, por ter andado tanto tempo a defender o contrário nem se dá conta de quanto este território lhe é estranho. Mas não é tudo mau - ainda que neste embaraçoso contexto, regista-se ao fim de muitos anos a preocupação da direita vimaranense com as questões sociais. Bem-vindos sejam.” -----

CULTURA - PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – ANO DE 2016 – Presente a seguinte proposta: “Em conformidade

com a revisão do regulamento aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 4 de dezembro de 2008, recebemos da Universidade do Minho a indicação do aluno a beneficiar do prémio, em 2016, relativo ao ano letivo 2014/2015. Trata-se de José Carvalho Martins que, tendo concluído o 1º Ciclo de Mestrado Integrado em Eng.^a Eletrónica, Industrial e Computadores com a nota de 17,841 valores, foi considerado o melhor aluno dos cursos de 1º ciclo lecionados no Polo de Guimarães da Universidade do Minho. Assim, em conformidade com o referido regulamento, proponho a atribuição do prémio de €1.000,00 (mil euros) ao estudante supra identificado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – UNIVERSIDADE DO MINHO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA UTILIZAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR – Presente a seguinte proposta: “Vem a Universidade do Minho solicitar a cedência do Grande

Auditório do Centro Cultural Vila Flor com vista à realização do concerto pela Orquestra da Universidade do Minho integrado nas comemorações do 42º Aniversário desta Academia, pelas 22h00 do próximo dia 16 de fevereiro. Assim, atendendo ao relevante interesse de que se reveste a realização do referido concerto, proponho a atribuição, à Universidade do Minho, de um subsídio de €2.306,25, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor, nos termos do artº 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA UTILIZAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR

– Presente a seguinte proposta: “Vem a Associação Académica da Universidade do Minho solicitar a cedência do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor com vista à realização da edição de 2016 do Festival de Tunas, a realizar no próximo dia 5 de março. Assim, atendendo ao relevante interesse de que se reveste a realização do referido festival, proponho a atribuição, à Associação Académica da Universidade do Minho, de um subsídio de €2.306,25, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor, nos termos do artº 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - PÓLO DE INOVAÇÃO EM ENGENHARIA DE POLÍMEROS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PELA UTILIZAÇÃO DO PEQUENO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR

– Presente a seguinte proposta: “Vem o Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros solicitar a atribuição de um subsídio que lhe permita fazer face aos custos de utilização do Pequeno



Auditório do Centro Cultural Vila Flor por ocasião do Encontro Tecnológico Polímeros 2015, realizado em junho de 2015, tendo contado com a participação de dezenas de industriais, investigadores e estudantes daquela área científica. Assim, atendendo ao relevante interesse de que se revestiu a realização do referido encontro científico em Guimarães, proponho a atribuição, ao Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros, de um subsídio de €1.968.00, destinado a suportar os custos de utilização do Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor, fixados nos termos do artº 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais então em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL 2016 – Presente a seguinte proposta: “Com o intuito de assegurar as condições indispensáveis à continuidade da ação de divulgação da música erudita que a Associação Norte Cultural / Orquestra do Norte vem assegurando, proponho a aprovação do protocolo anexo, prevendo o pagamento, à referida associação, do montante de €57.000,00. destinado a compartilhar a realização, nos termos constantes do referido protocolo, de nove concertos para o público em geral, dos quais três em itinerância pelo Concelho, e de oito concertos pedagógicos.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS PARA O ANO DE 2016 – Presente a seguinte proposta: “Ao abrigo dos nºs 2 e 3 do artigo 1º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Investigação, o júri decidiu propor a atribuição de uma bolsa de investigação com a duração de um ano (janeiro a dezembro de 2016) dotada com o

montante de €500,00 mensais. A candidatura selecionada é a seguinte: "Contributo para o estudo dos povoados fortificados na bacia média do Ave no I milénio a.C. – Prospeção Arqueológica" - João Manuel Pinto Fernandes e Diana Carolina Alves da Silva; Foi ainda decidido propor a prorrogação por 4 meses da bolsa anteriormente atribuída a Maria João Alves Gonçalves, intitulada – "Um novo membro na mesa de vereação Vimaranense. A participação dos doze mestres nas reuniões da Câmara de Guimarães no trânsito dos séculos XV para o XVI". As decisões vertidas na presente proposta foram tomadas por unanimidade dos elementos do júri presentes: - Câmara Municipal – Vereador Dr. José Bastos; - Universidade do Minho – Prof. Miguel Oliveira, da Universidade do Minho, em representação do Vice-Reitor Prof. Rui Reis; - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Dra. Alexandra Marques; - Sociedade Martins Sarmento – Prof. Eng.º António Fernando Macedo Ribeiro. O representante do maior partido da oposição com assento no Executivo Municipal, Dr. José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa, não pôde estar presente tendo justificado a sua ausência." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - APOIO À ATIVIDADE EDITORIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O ANO DE 2016 – Presente a seguinte proposta: "Reunido em 13 de janeiro de 2016, o júri construído nos termos do Regulamento de Apoio à Atividade Editorial, decidiu propor à Câmara Municipal a atribuição dos seguintes apoios: **A. APOIO À EDIÇÃO - 1. ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais** - Rua Padre Arieira, nº 613 | 4800-868 S. Torcato – Guimarães | NIF: 503 149 241 - "Edição comemorativa dos 25 Anos da aprovação da Convenção dos Direitos das Crianças" - Proposta: apoio à edição no montante



máximo permitido pelo regulamento (até 20% do custo da edição), traduzidos na aquisição de 63 exemplares (€667,8); **2. Jorge Mano Torres** - Praceta Amândio Ferreira Pinto, nº 9, 3º Dtº - Gualtar | 4710-074 Braga | NIF: 248 865 137 - "Os comerciantes e o Grémio do Comércio de Guimarães. Dinâmicas associativas, corporativas e comerciais (1939-1969)" Proposta: apoio à edição no montante máximo permitido pelo regulamento (até 20% do custo da edição), traduzidos na aquisição de 23 exemplares (€270,52). **B. AQUISIÇÃO - 3. Maria Teresa de Macedo Martins** - Rua das Aldeias, nº 909 - Gominhães | 4800-424 Guimarães | NIF: 175 975 574 - "Musgos" - Proposta: aquisição de 50 exemplares (€650,00); **4. Vasco Manuel Magalhães Teixeira** - Rua Emídio Magalhães Teixeira | 4450-605 Leça da Palmeira | NIF: 194 796 124 - "O Guerreiro" - Proposta: aquisição de 50 exemplares (€600,00); **5. Editorial Novembro - Edições Cão Menor, Unipessoal, Lda.** - Rua Dr. Carneiro Pacheco, nº 33, 2º andar, sala 1 | 4780-446 Santo Tirso | NIF: 507 863 557 - "A Árvore Mágica" - Proposta: aquisição de 90 exemplares (€900,00); **6. Isabel Maria Fernandes Maia Canário** - Av. D. João IV, nº 582 - 4º Esq. - Urgezes | 4810-534 Guimarães | NIF: 155 082 620 - "Truz Truz Vamos Sonhar" - Proposta: aquisição de 50 exemplares (€300,00). **Total dos apoios propostos: €3.388,32** - As decisões vertidas na presente proposta foram tomadas por unanimidade dos elementos do júri presentes: - Câmara Municipal - Vereador Dr. José Bastos; - Comissão Especializada de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Tempos Livres da Assembleia Municipal de Guimarães - Dra. Mariana Silva; - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Dra. Alexandra Marques; - Biblioteca Municipal Raul Brandão - Dra. Ivone Gonçalves. O representante do maior partido da oposição com assento no Executivo Municipal, Dr. José

Cardoso de Menezes Couceiro da Costa, não pôde estar presente tendo justificado a sua ausência.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL

2016 – Presente a seguinte proposta: “No seguimento da política prosseguida pela Câmara Municipal de Guimarães no que concerne ao incentivo e ao apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, propõe-se a atribuição de subsídios e o estabelecimento de protocolos de colaboração, no montante total de €61.450,00, de acordo com a seguinte distribuição por áreas de intervenção: -----

Entidade	Valor
Bandas Musicais	€15.000,00
Grupo Folclóricos	€18.000,00
Grupos de Teatro Amador	€ 7.200,00
Grupos Corais Associativos	€ 4.800,00
Grupos de Música Popular	€ 7.200,00
Academia de Música Valentim Moreira de Sá (Orq.de Sopros)	€ 2.000,00
Escolas de Música	€ 7.250,00
Total	€61.450,00

Relativamente ao ano transato, a presente proposta contempla subsídios para novas entidades de criação e produção cultural cuja relevância justifica o apoio municipal à sua circulação: a Banda Musical de Moreira de Cónegos, a Associação “GFVP – Grupo Folclórico da Vila de Ponte”, o Grupo de Danças e Cantares de Vermil, a Astronauta Associação Cultural (teatro e música popular), a Associação Sócio Cultural Sons da Ponte e a Associação Cultural de S. Vicente de Mascotelos e a Associação do Grupo Folclórico das Tecedeiras de Abação-Gémeos. A lista das entidades contempladas consta de anexo à presente proposta. Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas.



Os pagamentos só serão efetuados após prova documental, por parte das entidades beneficiárias, da respetiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5,000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, sem as quais o pagamento não poderá ser efetuado. Mediante a aprovação da presente proposta, serão assinados com as diversas entidades protocolos de colaboração de acordo com as minutas anexas.” As referidas minutas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os Vereadores da Coligação Juntos por Guimarães votam favoravelmente esta proposta de protocolos e atribuição de subsídios a Bandas Musicais, Grupos Folclóricos, Grupos de Teatro Amador, Grupos Corais Associativos, Grupos de Música Popular, Academias e Escolas de Música, no valor total de 61.450 euros. Consideramos da maior importância o incentivo e apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, em particular aos Grupos e Coletividades de Guimarães que preenchem e enriquecem a atividade cultural vimaranense. Assim, e apesar de votarmos favoravelmente esta proposta, afirmamos e defendemos que o valor dos apoios atribuídos por entidade devia ser superior, considerando o inegável mérito, dedicação e resultados evidenciados pelos Grupos e Coletividades Vimaranenses. Acresce que este valor não sofre atualização na maioria dos casos há vários anos. Nesta reunião em que se aprovam 61.450 euros para mais de 60 Grupos de Guimarães, em

que, em geral todos têm de retribuir com a realização de 1 ou 2 espetáculos, é aprovado um subsídio de 57.000 euros destinado a uma só associação – Associação Norte Cultural /Orquestra do Norte, para compartilhar 9 concertos para o público em geral e 8 concertos pedagógicos. Não podemos concordar com a permanente desvalorização dos grupos e associações locais, falta de reconhecimento do seu mérito e diminuto apoio financeiro atribuído pela Câmara Municipal de Guimarães, sobretudo quando comparado com outros apoios, serviços contratados e montantes investidos na programação cultural do Concelho.” -----

CULTURA - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2016 – Presente a seguinte proposta: “As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memória coletivas. A proposta em apreço prevê a inclusão das Festas de S. Brás de Figueiredo (União de Freguesia Leitões, Oleiros e Figueiredo) e da Festa de Carnaval de Nespereira (Associação Cultural Carnavalesca de Nespereira), cuja relevância crescente justifica plenamente participações financeiras municipais. Assim, pela sua inestimável relevância cultural e turística proponho a atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €111.200,00: -----

ENTIDADE	NIF	VALOR
Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana)	501 633 910	€ 80.000,00
Festas das Taipas - S. Pedro (Freguesia de Caldelas)	507 186 265	€ 6.800,00



(continuação) ENTIDADE	NIF	VALOR
Festas de Pevidém (S. Jorge) (Ass. de Festas de S. Jorge - Pevidém)	506 304 620	€ 3.000,00
Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas) Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães	502 660 180	€ 2.500,00
Festas das Cruzes (Freguesia de Serzedelo)	506 863 115	€ 2.000,00
Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva)	500 869 510	€ 2.000,00
Danças de S. Nicolau Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães	502 660 180	€ 1.500,00
Festas de S. Tiago (Comissão Organizadora) (Junta de Freguesia de Ronfe)	506 970 892	€ 1.000,00
Festa do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões)	500 939 470	€ 1.000,00
Romaria Grande - S. Torcato (Irmandade S. Torcato)	501 421 645	€ 800,00
Ronda da Lapinha (Irmandade de N. Sra. da Lapinha)	501 600 809	€ 800,00
Romaria da Senhora dos Remédios (Freguesia de S. Cláudio de Barco)	507 861 027	€ 800,00
Linhal da Corredoura (São Torcato) (Grupo Folclórico da Corredoura)	500 801 703	€ 600,00
Festas de S. Cristóvão (Comissão Organizadora) (Associação dos Motoristas de S. Cristóvão da Penha)	507 733 797	€ 600,00
Festas do Dia do Caixeiro (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Escritório e Serviços do Minho)	501 398 368	€ 600,00

(continuação) ENTIDADE	NIF	VALOR
Festas de Stº António (Comissão Organizadora) (Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra)	502 024 666	€ 600,00
Festas de S. João de Calvos (Comissão de Festas) (Freguesia de Lordelo)	507 844 602	€ 600,00
Festa de Carnaval Pevidém (Grupo de Teatro do C.C.D. da Coelima) Centro Cultural e Desportivo Coelima	501 429 557	€ 600,00
Festas de Nª Srª da Ajuda (Moreira de Cónegos) Comissão de Festas de Nossa Senhora D´Ajuda	901 856 037	€ 600,00
Festas de S. Sebastião - (Comissão Organizadora) (União de Freguesias de Serzedo-Calvos)	510 840 159	€ 600,00
Festas de S. Tiago (Comissão Organizadora) (Freguesia de Lordelo)	507 844 602	€ 600,00
Festas de Nossa Senhora da Luz (Comissão Organizadora) (Irmandade de Nossa Senhora da Luz - Creixomil)	592 001 393	€ 600,00
Festas de Santo Amaro de Mascotelos (Comissão Organizadora) (Fábrica da Igreja Paroquial de S. Vicente de Mascotelos)	501 823 034	€ 600,00
Festas de São João Batista (Comissão Organizadora) (Freguesia de Brito)	506 974 529	€ 600,00
Festas Senhora do Rosário (Comissão Organizadora) (Freguesia de Brito)	506 974 529	€ 600,00
Festas de S. Brás de Figueiredo (União de Freguesia Leitões, Oleiros e Figueiredo)		€600,00



(continuação) ENTIDADE	NIF	VALOR
Festa de Carnaval de Nespereira (Associação Cultural Carnavalesca de Nespereira)		€600,00
TOTAL		111.200,00

Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efetuados após prova documental, por parte das entidades beneficiárias, da respetiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). No caso de comissões de festas e organizadoras constituídas ad-hoc, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deve ser requerido pela Freguesia onde se realiza o evento, com menção expressa do mesmo. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5,000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, sem as quais o pagamento não poderá ser efetuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo do Município de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais e a menção "Com o patrocínio da Câmara Municipal de Guimarães".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - SOCIEDADE MARTINS SARMENTO – ATRIBUIÇÃO

DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: "Com o intuito de apoiar as relevantes atividades promovidas pela Sociedade Martins Sarmento, deliberou a Câmara Municipal, em 29 de julho de 1999, atribuir àquela instituição cultural um subsídio anual de 10.000.000\$00. Assim, atendendo a que se mantêm válidos os pressupostos que fundamentaram a referida deliberação de 1999, designadamente o inequívoco interesse público e cultural de que se revestem as atividades desenvolvidas pela Sociedade Martins

Sarmento e os relevantes serviços que presta através da manutenção e dinamização de equipamentos fundamentais para a oferta turística e cultural do Concelho como o seu Museu Arqueológico, o Museu de Cultura Castreja ou a Citânia de Briteiros proponho, ao abrigo do nº 6 do Art. 2º do Regulamento nº 606/2010 a atribuição, à Sociedade Martins Sarmento, de um subsídio de €60.000,00. Mediante a aprovação da presente proposta, fica revogado o ponto 3-1 do Protocolo firmado entre a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães em 8 de dezembro de 1989, que previa a assunção, por parte do Município, dos encargos mensais resultantes dos consumos elétricos da referida instituição cultural.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores António Monteiro de Castro e José Torcato Ribeiro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos em virtude de pertencerem aos órgãos sociais da entidade.-----

DESPORTO – GRUFC – GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: “O GRUFC – Guimarães Rugby Union Football Club solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar a transporte da equipa sénior, no dia 16 de Janeiro a Aveiro. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa sénior em jornada a contar para o Campeonato Nacional da II Divisão, que se realiza em Aveiro e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho de 7 de janeiro de 2016 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - GRUFC – GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “O GRUFC – Guimarães Rugby Union Football Club solicitou, a colaboração do município através de um autocarro para efetuar o transporte da equipa sub18, no dia 9 de Janeiro, a Coimbra. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa em jornada a contar para a 2.ª Fase do Campeonato Nacional sub18, que se realiza em Coimbra e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR

UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS PARA A REALIZAÇÃO DA TAÇA DAVIS, EM GUIMARÃES

– Presente a seguinte proposta: “Guimarães receberá nos dias 4 a 6 de março a etapa Portuguesa da Taça Davis em Ténis, que reunirá os melhores tenistas Portugueses, como o Vimaranense João Sousa e a seleção da Áustria, num evento que será realizado no Pavilhão do Vitória Sport Clube. “Davis Cup”, como é designado originalmente, começou em 1900 como uma competição entre os EUA e a Grã-Bretanha. É agora a maior competição do mundo anual, de nível internacional por equipas, com 126 nações, em 2015. Esta competição internacional, que reunirá a família do ténis Portuguesa, contará com a transmissão televisiva dos jogos por parte de vários canais internacionais, com claros benefícios por parte de Guimarães, que beneficiará de uma promoção turística

numa área com grandes potencialidades económicas. Serão muitos os adeptos que estarão presentes durante estes três dias, onde decorrerá esta competição ao mais alto nível, e que os Vimaraneses marcarão de certeza uma forte presença, para apoiar o melhor tenista Português de sempre, o Vimaranesense João Sousa, que por onde passa leva sempre consigo adereços representativos da nossa cidade. Numa altura em que o Ténis Português atravessa um nível muito elevado, faz todo o sentido apoiarmos a realização deste evento ao nível logístico e financeiro, atribuindo um apoio de €30.000,00 (trinta mil euros) à Federação Portuguesa de Ténis para a realização deste evento internacional. Assim, ao abrigo do nº6 do art. 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €30.000,00 (trinta mil euros) à Federação Portuguesa de Ténis.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 11:50 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Domingos Ribeiro Sampaio** que veio expor uma situação relativa à largura de um caminho no Bairro Leão XIII, que estará a ser reduzida em virtude da construção de muros de vedação, impedindo o acesso a viaturas para cargas e descargas.-----

De seguida, o cidadão **José Maria Azevedo** apresentou uma situação relativa a um edifício construído em Ancide, na Vila de Moreira de Cónegos, já em tempos vistoriado pela Câmara Municipal, onde existe um muro que está em más condições e a constituir perigo para os moradores. -----

Sobre as intervenções o **Presidente da Câmara** respondeu: **a)** – Ao cidadão Domingos Ribeiro Sampaio disse que a questão apresentada tem muitas componentes técnicas impossíveis de ser



avaliadas no momento, pelo que o aconselhou a reunir todos os documentos para remeter uma exposição ao Presidente da Câmara; **b)** – Ao cidadão José Maria Azevedo disse que será oportunamente realizada uma vistoria ao edifício e que caso seja confirmada a perigosidade do talude, a Câmara Municipal acionará os serviços da proteção civil, notificando posteriormente os proprietários para o pagamento dos custos inerentes aos trabalhos realizados. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----